

1 **ATA DA 444ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA CATORZE DE ABRIL**
3 **DE DOIS MIL E DEZESSEIS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos catorze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às quinze horas e trinta minutos, no
5 Auditório Lino Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quadringentésima
6 quadragésima quarta Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do
7 Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da AMMVI e prefeito de Rio dos Cedros, senhor
8 Fernando Tomaselli e secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes prefeitos, técnicos
9 e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente
10 agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início à assembleia.
11 Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e
12 votação da ata da assembleia anterior; 2 – Saneamento básico e meio ambiente; 3 – Centro de
13 Operação do Sistema de Alerta (Ceops); 4 – Fiscalização ambiental; 5 – Marcha a Brasília em
14 Defesa dos Municípios; 6 - Movimento econômico; 7 – Relatório de Atividades 2015; 8 – Agendas
15 institucionais; 9 – Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmando o recebimento
16 antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação e, não havendo
17 manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Em prosseguimento, o
18 presidente passou para o segundo item em pauta, momento em que convidou a assessora de
19 Saneamento e Meio Ambiente da AMMVI, senhorita Simone Gomes, falou sobre o diagnóstico
20 socioambiental. Segundo ela, para o desenvolvimento deste trabalho, iniciou-se um grupo de
21 discussões desde novembro do ano passado, em que participa também o Promotor de Justiça
22 Regional do Meio Ambiente, senhor Leonardo Todeschini. No início de dois mil e dezesseis,
23 definiu-se a contratação de uma empresa para realizar o trabalho na AMMVI e desde final de março
24 deste ano o técnico da empresa iniciou as atividades, executando-as todas as terças-feiras, na
25 Associação. Prevê-se concluir o trabalho em Rio dos Cedros e Indaial até dezembro do corrente. Foi
26 ainda elaborado um cronograma de trabalho, imagens e sumário para a parte escrita do diagnóstico.
27 Em um segundo momento, será dado a delimitação da Área Urbana Consolidada (AUC); e na
28 terceira etapa fazer a aplicação das Áreas de Preservação Permanente (APP) na AUC. Segundo a
29 senhorita Simone, o diagnóstico socioambiental não é somente os mapas em si, mas também se trata
30 de um trabalho descritivo e contará com a participação dos técnicos municipais no levantamento
31 dos dados e descrição das informações. Após este estudo, será elaborado um projeto de lei para
32 aprovação nas Câmaras de Vereadores. A assessora explicou que nesta primeira etapa estão sendo
33 aproveitados os mapas produzidos na elaboração e na revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento
34 Sustentável, como também os mapas de levantamento aerofotogramétrico fornecidos pela Secretaria
35 de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS). O arquiteto e urbanista da AMMVI,
36 senhor Richard Buchinski, disse que este trabalho do diagnóstico socioambiental também vem
37 sendo acompanhado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC), o qual participa das
38 reuniões de um grupo de trabalho sobre o assunto. O presidente sugeriu que, definida a
39 metodologia, seja analisada a possibilidade de já se iniciar o trabalho em outros municípios, e não
40 somente esperar findar o diagnóstico dos municípios-pilotos para dar prosseguimento nos demais.
41 Além disso, o presidente colocou à equipe técnica da AMMVI o desafio de diminuir o tempo do
42 cronograma, a fim de concluir o trabalho antes de dezembro, como também convidar os técnicos
43 municipais efetivos para acompanhar o trabalho, de forma que eles possam dar continuidade na
44 troca da gestão. Em seguida, a senhorita Simone falou sobre o Termo de Ajustamento de Conduta
45 (TAC), informando que o projeto piloto que visa diagnosticar o número de residências em situação
46 regular com a obrigatoriedade da implementação do sistema de fossa séptica e filtro anaeróbico
47 realizado em Benedito Novo foi finalizado e entregue em dezembro do ano passado. No dia dezoito
48 de março foi realizada uma reunião para apresentação e entrega oficial do trabalho para o prefeito

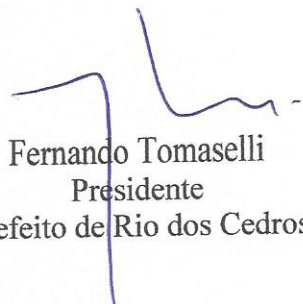
49 de Benedito Novo, senhor Jean Michel Grundmann e o promotor Todeschini, onde o mesmo
50 entendeu como pertinentes os resultados apresentados e que servirão de base para o planejamento e
51 cumprimento da Cláusula 3.6 do TAC referente a vistoria dos imóveis irregulares. No mesmo dia,
52 foi apresentada uma proposta de replicação do trabalho para os municípios de Botuverá, Guabiruba
53 e Pomerode, no prazo de seis meses. A AMMVI arcará com metade dos custos da replicação e o
54 restante do valor será dividido entre os respectivos municípios. Ainda em relação ao TAC, na
55 Assembleia Geral Ordinária de março, o promotor Todeschini colocou a possibilidade de alterações
56 no atendimento de algumas cláusulas do TAC, principalmente as que demandam alto recurso e que
57 não dependem efetivamente dos municípios. Dessa forma, e considerando também os resultados
58 apresentados pelo trabalho de diagnóstico da fossa e filtro, é interessante os prefeitos pensarem na
59 inclusão da manutenção dos sistemas de fossa e filtro nas legislações referentes ao tema. Em
60 prosseguimento à pauta, passou-se a palavra ao coordenador do Centro de Operação do Sistema de
61 Alerta (Ceops), professor Dirceu Luis Severo, que informou que há duas semanas houve visita de
62 dois técnicos da Defesa Civil Estadual, em que novamente tratou-se sobre a construção de uma
63 central de monitoramento em Florianópolis, onde serão centralizadas todas as informações do
64 estado, com previsão de investimento em tecnologia e aquisição de dois novos radares, sem
65 necessidade de checagem através das medições convencionais. Na visita, os técnicos solicitaram
66 que a Universidade Regional de Blumenau (Furb) assuma o estudo de viabilidade da rede de
67 monitoramento do estado, o que demanda uma quantidade razoável de trabalho e que o Ceops não
68 tem equipe com horas disponíveis para isso. Diante disso, o Centro pediu que a Secretaria de Estado
69 faça a solicitação oficial à reitoria da Universidade, o que ainda não foi concluído. Segundo o
70 coordenador, o avanço do monitoramento da Defesa Civil estadual está emperrado na falta de
71 informações. O coordenador lembrou que na assembleia geral de prefeitos de outubro do ano
72 passado, foi autorizado o convênio da AMMVI com o Ceops para o repasse de seis parcelas
73 mensais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de auxiliar no custeio da rede de monitoramento.
74 Segundo ele, os recursos repassados nestes últimos meses foram utilizados no reparo das estações
75 de medição dos níveis da chuva, optando-se pelas estações mais próximas a Blumenau. Atualmente
76 o Ceops tem problemas nas estações de Alfredo Wagner, Ituporanga, Rio do Oeste e Rio do Sul e
77 que deverão ser concertadas nas próximas atividades. Agora, nesta assembleia, o coordenador veio
78 solicitar, em nome da Furb, a prorrogação do convênio e, para tanto, caso seja de interesse da
79 AMMVI, há justificativa plausível para tanto, pois é relevante que a rede esteja funcionando. Além
80 disso, mesmo que se tenha realizado todos os concertos previstos, eventualmente podem surgir
81 outros problemas, pois isso é inerente a qualquer sistema de monitoramento, que deve ter constantes
82 revisões preventivas e periódicas. O senhor Severo entregou um cronograma em que descreve as
83 próximas iniciativas e os recursos orçados para tanto, como também uma prestação de contas com
84 as atividades e seus respectivos valores realizados até o momento. O prefeito de Apiúna, senhor
85 Nicanor Morro, disse que vem acompanhando o nível do rio em seu município e salientou que o
86 trabalho do Ceops é relevante pela veracidade e agilidade das informações, pois ainda o sistema
87 estadual não é totalmente confiável e, por isso, o convênio da AMMVI com o Ceops deve ser
88 mantido. O prefeito de Botuverá, senhor José Luiz Colombi, comentou sobre sua reunião com a
89 Casa Civil e o Palácio do Planalto sobre a barragem de Botuverá e o conflito de responsabilidades
90 sobre a liberação de licenças, que atualmente está sob responsabilidade do ICMBio, o qual comanda
91 o Parque Nacional da Serra do Itajaí. Segundo o prefeito, a única alternativa para se conseguir as
92 licenças para a barragem é a publicação de uma Medida Provisória pela Presidência da República,
93 em que muda os limites territoriais do Parque, pois quando a barragem estiver cheia, o que deve
94 ocorrer a cada cinquenta anos, as águas vão represar no mínimo dois hectares do Parque e a
95 ICMBio não aceita isso. Em seguida, o presidente colocou em apreciação a proposta de prorrogação
96 do convênio, ao que os prefeitos deliberaram pela prorrogação até dezembro de dois mil e


97 dezesseis. Após, o professor Severo esclareceu que as áreas suscetíveis à inundação, assunto
98 apresentado na última assembleia de prefeitos, é um trabalho resultado de uma dissertação de
99 mestrado e que foi reconhecido internacionalmente. A maioria dos municípios da AMMVI não tem
100 estas informações, pois o estudo abordou Blumenau e Brusque, porém é possível realizar este
101 trabalho e fazer dele a parte inicial para o mapeamento de áreas alagáveis. O presidente disse que a
102 dúvidas dos prefeitos era se o trabalho, se contratado, seria realizado pelo Ceops, a fim de dar mais
103 segurança e credibilidade ao estudo. Avançando a assembleia, o presidente introduziu o quarto
104 assunto em pauta falando das dificuldades que os municípios enfrentam para a obtenção de licenças
105 ambientais, pois o processo é moroso devido ao baixo número de técnicos da Fundação do Meio
106 Ambiente (Fatma). Para tentar solucionar isso, estão sendo buscadas alternativas e uma delas é a
107 criação de um consórcio específico para a fiscalização ambiental e/ou incorporar esta atividade ao
108 Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi). Acerca disso, foi avaliada qual a melhor
109 alternativa. Em seguida, o assessor jurídico da AMMVI, senhor Luiz Claudio Kades, afirmou que
110 existe uma lei federal que rege o assunto – Lei Complementar nº 140 – que estabelece as diretrizes
111 em relação à questão ambiental, em especial à delegação e/ou municipalização de muitas atividades.
112 O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) tem uma resolução que traz as atividades
113 consideradas causadoras de degradação ambiental de impacto local. O Consema também possui a
114 Resolução nº 52 que estabelece os critérios para o licenciamento ambiental e já coloca a estrutura
115 mínima necessária, a qual deve estar vinculada ao grau que o município queira assumir no
116 licenciamento ambiental e também em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Segundo
117 a Resolução, o quadro é de, no mínimo, cinco profissionais para se obter a autorização para
118 licenciar. O Município e/ou Consórcio deverá primeiro criar a estrutura e comprovar o
119 funcionamento de um Conselho Municipal do Meio Ambiente, para depois instituir o órgão
120 municipal e/ou regional ambiental e, neste, seriam estabelecidas as competências. Depois disso, o
121 Município disciplina em lei e deve informar o Consema, para que este fiscalize a estrutura e
122 autorize o início das atividades do órgão criado. Segundo o assessor jurídico, em Luzerna existe um
123 consórcio multifinalitário e que já faz licenciamento ambiental. Outra possibilidade que vem sendo
124 estudada é a criação de um Fundo Regional a ser gerido pelo Consórcio, em função do número de
125 multas aplicadas pelo MP/SC, cujo Fundo poderá captar o valor gerado com as multas ambientais.
126 A AMMVI está estudando duas possibilidades: criar um consórcio intermunicipal específico para a
127 área ambiental ou ativar esta atividade no Cimvi, uma vez que este já tem em seu Protocolo de
128 Intenções a área de meio ambiente. Como não se recomenda ter dois consórcios atuando de forma
129 paralela, é importante observar que, caso se opte pela criação de um novo consórcio, o Cimvi
130 deverá provocar alteração de seu Protocolo de Intenções, subtraindo a área de meio ambiente e
131 demais adaptações. O prefeito Sergio Almir dos Santos ressaltou que devem ser contratados
132 profissionais qualificados e com remuneração compatível com a de mercado. O prefeito de Colombi
133 relatou que na municipalização das licenças ambientais, ocorrida há dois anos em Botuverá, não
134 foram contratados novos profissionais, somente aproveitados os já existentes e locados na equipe.
135 No entanto, segundo ele, deve-se ter muito cuidado, pois a prefeitura pode ser multada caso não
136 esteja efetivamente fazendo a fiscalização. O assessor jurídico lembrou que, se instituído o
137 consórcio, o município pode extinguir o órgão municipal ao se tornar um ente consorciado, pois não
138 deve haver conflito de atribuições. Além disso, deve-se avaliar que haverá despesas iniciais para
139 colocar o consórcio em funcionamento sem qualquer tipo de arrecadação, pois os recursos das taxas
140 serão captados posteriormente. O presidente disse que o trabalho está avançando e que será
141 discutido nas próximas reuniões. Em continuidade, o presidente falou da XIX Marcha a Brasília em
142 Defesa dos Municípios, a realizar-se de nove a doze de maio, na capital federal. A Marcha é uma
143 mobilização democrática, realizada anualmente, e tornou-se o maior evento político do Brasil. O
144 evento conta com a presença de prefeitos, secretários municipais, vereadores, senadores,

145 governadores, parlamentares, ministros e entidades municipalistas. Com o tema "Desafios de Final
146 do Mandato", a edição deste ano buscou transmitir ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário a
147 necessária e incessante busca pela autonomia dos Municípios. Neste ano, dentre os assuntos estão:
148 desafios de final de mandato, saúde, agricultura, educação, contabilidade, turismo, saneamento e
149 meio ambiente, planejamento territorial, defesa civil, mobilidade, previdência e finanças. O
150 presidente pediu que os prefeitos confirmem presença, como também indiquem se irão secretários,
151 técnicos ou vereadores junto. Continuando a reunião, o assessor econômico da AMMVI, senhor
152 Célio Francisco Simão, falou sobre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e
153 Serviços (ICMS) para dois mil e dezessete. Na tabela apresentada aos prefeitos há dados sobre a
154 participação relativa a dois mil e catorze e dois mil e quinze. Segundo ele, ainda é preciso saber se
155 foram carregados os dados do Simples Nacional, pois quem repassa este tipo de informação é a
156 Receita Federal do Brasil (RFB). Para alguns municípios, este valor é bem expressivo, já que
157 algumas empresas estão se enquadrando no Simples Nacional para pagar menos impostos. O quadro
158 apresentado pela indústria revela uma queda em fevereiro deste ano de 14%; no ramo da confecção
159 queda de 20% e no setor de metalurgia queda de 18%, o que afeta a região do Médio Vale como um
160 todo. O assessor econômico explicou ainda que o índice médio adicionado ao fixo vai resultar no
161 índice para dois mil e dezessete. A variação do Estado para este ano está em 3,72%, enquanto que
162 no ano passado estava em 12%. Informou ainda que foram feitas algumas auditorias em empresas
163 para verificação dos valores para recuperação, cujo montante resultou em torno de R\$ 152.000,00
164 (cento e cinquenta e dois mil reais) por mês recuperados aos municípios, passando de R\$
165 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) por ano somente dessas empresas. Este valor
166 representa uma folha de pagamento da AMMVI num período de um ano. Também foram auditadas
167 as operadoras de telefonia, recuperando-se mais de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais) por
168 mês, gerando um montante anual de R\$ 1.128.000 (um milhão e cento e vinte e oito mil reais). O
169 senhor Simão sugeriu que os municípios se preparem para o período de recessão econômica,
170 pautando seus gastos diante da diminuição das receitas e contingenciamento de gastos. O assessor
171 disse ainda que o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é de equilíbrio por hora
172 e que a arrecadação dos demais impostos é de queda, logo, recomendou mais uma vez aos gestores
173 públicos que mantenham cautela nos gastos e investimentos, principalmente no período mais a
174 frente em que o FPM, a partir de junho, deve sofrer quedas nas transferências devido a devolução
175 do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) e do nível de gastos do Governo Federal. Quanto ao
176 PIB, o Estado revelou que houve queda no último ano, chegando a 4%. Os maiores crescimentos de
177 Valor Adicionado (VA) foram nos município de Porto Belo, Araranguá, Balneário Piçarras,
178 Vargem, que ficou acima de 40%. Já os piores crescimentos foram verificados em Nova Trento, São
179 Cristóvão do Sul, Abdon Batista e Anita Garibaldi, mais de 20% de queda. Nos municípios da
180 AMMVI, o quadro está equilibrado, apesar das maiores quedas serem em Acurra, Guabiruba e Rio
181 dos Cedros, mas em termos de região a AMMVI deverá ter uma queda de no máximo de 3% no
182 retorno de ICMS para dois mil e dezessete, índice satisfatório se comparar com o das demais
183 regiões do estado. Prosseguindo a pauta, o secretário executivo da AMMVI, senhor José Rafael
184 Corrêa, explicou que foi entregue o Relatório de Atividades 2015 ao presidente da Associação na
185 gestão de dois mil e quinze e dois mil e dezesseis, o então prefeito de Rodeio, senhor Paulo Roberto
186 Weiss. O senhor Corrêa informou que o Relatório está disponível no site da Associação para leitura,
187 já que foi deliberado na gestão do presidente Laércio Demerval Schuster Júnior que não seria
188 impresso uma cópia do documento para cada prefeito. Na sequência da ordem do dia, o presidente
189 citou que a AMMVI tinha montado um cronograma de agendas em âmbito estadual e federal para
190 apresentação de pleitos e busca de parcerias. As agendas relacionadas à capital federal não houve
191 avanço, pois recentemente houve a troca do comando do Fórum Parlamentar Catarinense e o
192 governo federal ainda se encontra em um momento de incertezas. Quanto ao Estado, foram feitas

193 reuniões com os secretários de Estado da Casa Civil, Saúde, Defesa Civil, SDS e representante da
194 Fazenda. Os prefeitos da Diretoria Executiva realizaram ainda reunião com o superintendente
195 regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em Santa Catarina,
196 senhor Vissilar Pretto, no dia vinte e nove de março, e participaram do XIV Congresso Catarinense
197 de Municípios, realizado em Joinville, de quinze a dezessete de março. Sobre a obra de duplicação
198 da BR-470, o presidente repassou que até o momento foram licitados os quatro lotes (lote 1:
199 Navegantes - Ilhota; lote 2: Ilhota - Gaspar; lote 3: Gaspar - Blumenau; lote 4: Blumenau - Indaial),
200 dos quais os dois primeiros estão em andamento, e os outros dois lotes estão sem obra no momento,
201 porém o Dnit continua buscando alternativas para agilizar as desapropriações. Quanto aos recursos
202 aportados para este ano, segundo informações do superintendente, há uma previsão orçamentária de
203 R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), dos quais metade deste montante está
204 autorizada para execução. Porém, paralelo a isso, está em andamento o processo de concessão da
205 rodovia, com previsão de apresentação de propostas das concessionárias até junho deste ano. Na
206 reunião com o superintendente, os prefeitos da AMMVI novamente apelaram que seja dada
207 prioridade à construção dos elevados e viadutos, o que já é de interesse do Dnit, porém, para tanto, é
208 necessário orçamento. O senhor Pretto pediu aos prefeitos pela articulação junto ao Fórum
209 Parlamentar Catarinense para pleitear junto ao governo federal o aumento no aporte de recursos
210 para este ano. O prefeito de Indaial indagou se foi discutido com o superintendente a respeito das
211 desapropriações, pois há um processo a ser seguido e muitas vezes a população não é orientada e
212 pode causar morosidade aos trabalhos. O presidente disse que, segundo o senhor Pretto, há um valor
213 específico vinculado para as desapropriações, mas só poderão ser depositado em juízo quando na
214 conclusão dos processos. Independente disso, o Dnit continua trabalhando na montagem dos
215 processos de desapropriações. O presidente falou ainda que a AMMVI tentou uma agenda com o
216 governador Raimundo Colombo, no dia vinte e oito de março, por ocasião a uma visita dele em
217 Blumenau, porém, no dia do encontro a agenda foi cancelada pela impossibilidade de
218 comparecimento do governador, já que ele precisou viajar a Brasília. No entanto, o presidente frisou
219 que permanecerá na tentativa de audiência com o Chefe de Estado. O presidente falou ainda que
220 houve uma reunião do Conselho Político da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) no dia
221 cinco de abril, em Florianópolis, cujo assunto em pauta era o transporte escolar da rede estadual de
222 ensino, em que participaram os prefeitos de Rio dos Cedros e Rodeio. Na ocasião, estava-se
223 esperando a participação dos secretários de Estado da Educação, Fazenda e Casa Civil, porém
224 nenhum deles se fez presente. A reunião foi frustrante, pois se levantou uma série de questões a
225 respeito do tema, porém os resultados foram inconclusivos. O Estado já havia informado da
226 impossibilidade de reajustar valores para este ano. A AMMVI já se pronunciou sobre o assunto e
227 enviou ofício ao governo do Estado, porém não houve retorno. Diante disso, os prefeitos cogitaram
228 não realizar o transporte dos alunos da rede estadual. A reunião com a SDS o presidente considerou
229 que não foi produtiva, pois faltou objetividade e, embora o foco era o pedido de cofinanciamento do
230 galpão da Central de Triagem, o secretário Carlos Chiodini solicitou mais informações que a
231 AMMVI deverá providenciar para uma próxima reunião. A equipe técnica da Associação já fez o
232 levantamento das informações e deverá oficializar em breve à SDS. O presidente ressaltou que
233 ainda não se tem resposta da Secretaria de Estado quanto ao aporte de recursos, porém no ano
234 passado se tinha um pré-compromisso de R\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil reais), e
235 espera-se que se tenha um retorno neste sentido. O secretário executivo da AMMVI citou que foi
236 falado com o secretário de Estado sobre o trabalho que a Associação vem desenvolvendo para o
237 diagnóstico socioambiental, sistema de fossa séptica e filtro anaeróbico e esgotamento sanitário. O
238 presidente informou ainda que se teve uma reunião da Diretoria Executiva da AMMVI no dia seis
239 de abril, em Pomerode, em que foram pontuadas algumas ações. No dia vinte e nove de março
240 houve visita na Secretaria de Estado da Defesa Civil, em que o secretário Hobus repassou que o

241 plano norteador das ações no estado é o Plano Jica, em que foram feitas algumas correções. Sobre a
242 Bacia do Rio Benedito, o secretário informou que avanços estão em andamento e devem ser
243 concluídas até final do ano, melhorando o escoamento do rio principalmente em Indaial e Timbó.
244 Conforme o secretário de Estado relatou na reunião, há recursos disponíveis para as ações e a
245 questão do acerto das iniciativas são mais técnicas. Na reunião, os prefeitos cobraram ainda o
246 posicionamento da Defesa Civil sobre auxílio financeiro ao Ceops, em que o secretário colocou que
247 a ideia é formação de um único núcleo gestor da área no estado, onde passará a ter todas as
248 informações a respeito e que será o norteador de qualquer ação em Santa Catarina relacionado à
249 pasta. Com a insistência dos prefeitos, o secretário Hobus assumiu o compromisso de convidar a
250 coordenação do Centro para conversar. Quanto ao pedido de auxílio financeiro ao Ceops, a resposta
251 é negativa. Ao final da reunião, os prefeitos solicitaram ao secretário Hobus um relatório com o
252 status das ações. Progredindo a reunião, passou-se para assuntos gerais, momento em que o
253 secretário executivo lembrou que a AMMVI está constantemente passando as orientações em ano
254 eleitoral, cuja primeira reunião aconteceu no dia quatro de março, e no dia vinte e um do mesmo
255 mês foi promovido um curso. No dia vinte e oito de julho está programado um curso na Associação
256 sobre o tema, que será promovido pelo MP/SC. Uma nova reunião sobre o assunto com os
257 Colegiados de Procuradores, Recursos Humanos, Controladores Interno e prefeitos será agendada
258 para maio. Em seguida, ele falou sobre os gastos com pessoal, ressaltando que os prefeitos devem
259 evitar ultrapassar os limites com a folha de pagamento no primeiro quadrimestre, pois, caso isso
260 aconteça, terão problemas com as transferências de recursos. Além disso, tem outro agravante com
261 o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) que obriga os municípios com
262 população inferior a cinquenta mil habitantes a seguir este mesmo rito. Em seguida, o secretário
263 executivo solicitou que a Assembleia Geral Ordinária da AMMVI agendada para dia doze de maio
264 seja transferida para dia dezanove de maio, pois a primeira data coincide com a Marcha a Brasília
265 em Defesa dos Municípios. Esta proposta foi aprovada pelos prefeitos. E, por fim, dia vinte e um de
266 abril é feriado nacional, logo, a AMMVI fez um levantamento prévio dos municípios para o dia
267 vinte e dois de abril, a fim de verificar se farão Ponto Facultativo (PF). Até o momento, dos catorze
268 municípios, seis já decretaram PF. O presidente deliberou que o expediente da AMMVI deverá
269 acompanhar dois terços dos municípios. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da
270 AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Michele
271 Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor
272 presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.


Fernando Tomaselli
Presidente
Prefeito de Rio dos Cedros


José Rafael Corrêa
Secretário Executivo


Michele Prada
Assessora de Relações Públicas

273
274